



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social

## ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS MORADORES DO MORRO DA PROVIDÊNCIA E DA PEDRA LISA NO CONTEXTO DE “REVITALIZAÇÃO” DA REGIÃO PORTUÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Juliana Oliveira de Souza<sup>1</sup>  
Lenise Lima Fernandes<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo analisa as ações de resistência dos residentes do Morro da Providência e da Pedra Lisa em face de disputas acirradas pelo processo de “revitalização” da Região Portuária na cidade do Rio de Janeiro. Analisamos as potencialidades de conformação de outro processo sociometabólico alternativo ao sistema vigente, compreendendo a produção do espaço numa perspectiva histórico-crítica.

**Palavras-chave:** Cidade, Questão Urbana, Movimentos Sociais, Moradia.

**Abstract:** This study analyzes the resistance actions of residents of Morro da Providência and Pedra Lisa in the face of disputes over the revitalization of the Port Region in the city of Rio de Janeiro. We analyze the potential of conformation of another socio-metabolic process alternative to the current system, including the production of space in a historical-critical perspective.

**Keywords:** City, Urban Issues, Social Movements, Housing.

### Introdução

Este estudo visa ampliar o conhecimento produzido no campo da perspectiva teórico-metodológica crítica, voltado para a análise de ações observadas na cidade do Rio de Janeiro, tendo como eixo central os processos relevantes à apreensão da questão urbana nas dimensões econômica, política e social. Mediante a interlocução das análises acerca da realidade urbana carioca, construídas no Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania – FACI/ESS/UFRJ, bem como com o diálogo direto com a experiência empírica de participação no projeto “*Mutações no Cenário Urbano Metropolitano: espaço, políticas públicas e dinâmicas dos atores no processo de renovação urbana da região central e portuária do Rio de Janeiro*”<sup>3</sup>, realizado pelo FACI.

As duas últimas crises do capital (1970 e 2008), em escala mundial, aprofundaram a necessidade desesperada de sua valorização, ativando novas áreas e reativando antigas

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, E-mail: juliana\_seso@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professor com Formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, E-mail: juliana\_seso@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Este projeto foi realizado entre 2011 e 2015, e contou com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

estratégias de produção da acumulação (MÉSZÁROS, 2011). A dinamização da urbanização e de um mercado imobiliário global, com intensificação dos mecanismos de espoliação, vem se destacando entre os meios de expansão para a acumulação capitalista, que estende seus interesses também ao terreno das atividades culturais. Esta dinâmica tem consolidado, nos últimos anos, a inserção das cidades no mercado internacional, sendo que a valorização de sua imagem se destaca como componente central no processo de venda da mercadoria “Rio de Janeiro” (GONÇALVES, 2013).

Como expressão desta tendência, o Instituto Pereira Passos (IPP - RJ) lançou o Plano de Revitalização e Recuperação da Zona Portuária, no início de 2001. Entretanto, foi a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas em 2016 que, em 2009, serviu como catalisador para a definição do Projeto Porto Maravilha. Sua execução foi iniciada em 2010, com o apoio das esferas de governo municipal, estadual e federal. Desde então, a Zona Portuária do Rio de Janeiro vem passando por alterações em sua infraestrutura com o argumento oficial de que esta região precisava ser “revitalizada” e “refuncionalizada”, dada a sua importância para a cidade.

A propaganda de “revitalização” do Porto Maravilha possibilitou uma expectativa equivocada de que esta se apresentaria como uma oportunidade para que as demandas históricas da população que reside na região finalmente fossem superadas, já que um quantitativo de obras expressivo era previsto para aquela localidade. No entanto, os recursos financeiros empregados nessas ações foram destinados a outros objetivos, em detrimento dos que poderiam de fato impulsionar a melhoria das condições de vida dos habitantes que residem nesta região. Em estudos recentes, realizados pelo FACL, constatamos, por exemplo, que locais e equipamentos importantes, usados cotidianamente por estes moradores, foram destruídos pela “revitalização”, acarretando perdas consideráveis, sem alternativas compensatórias para estes casos.

Desta forma, a questão central que norteia o presente estudo é: em que medida no movimento de resistência e de luta pela garantia do direito à moradia, organizado pelos moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa, podemos identificar práticas que estimulem ou tenham o potencial de contribuir para a construção de um processo sociometabólico contrário ao capital. Tomamos como referência para o desenvolvimento desta questão a organização dos moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa, diante dos impactos da “revitalização” da região portuária em seu cotidiano –, nos apoiamos

em contribuições teóricas de autores clássicos e contemporâneos que se debruçam sobre os problemas urbanos e a constituição dos sujeitos coletivos.

## 1 DESENVOLVIMENTO

### 1.1 Capitalismo e produção do espaço urbano

Na origem da política – que, segundo o historiador helenista Moses Finley, foi inventada pelos gregos e romanos (CHAUÍ, 2000) –, a cidade (polis) caracterizava-se pela existência de uma comunidade organizada e formada por cidadãos (politikos), categoria que, na ocasião, era restrita aos homens livres e iguais, nascidos no solo da Cidade. Os cidadãos eram portadores de dois direitos essenciais: a isonomia, que reconhecia igualdade de todos perante a lei; e a isegoria, que resguardava a todos o direito de expor e debater publicamente opiniões sobre a Cidade.

Entendemos que, historicamente, a cidade constituiu-se enquanto forma reificada das relações sociais, assim como do amadurecimento das contradições a ela vinculadas. Porém, a cidade não é uma especificidade da sociedade capitalista. Outros modelos de cidade pré-existiram à sociedade burguesa, com formatos distintos e funções diversas, refletindo as relações sociais de cada contexto socio-histórico. Assim, a relação entre o ser social e a terra, na qual se desenvolvem as atividades de produção e reprodução social, consiste uma dimensão importante do tema que abordamos no presente estudo.

A cidade se torna central, no modo de produção capitalista, por ser a sede dos principais processos econômicos e de sua monstruosa potência. Entretanto, ao mesmo tempo em que a cidade interessa ao capital (inicialmente, como território de produção e como espaço de circulação de mercadorias), ela se torna, inevitavelmente, o lugar em que a própria classe trabalhadora se instala para garantir sua sobrevivência. Para este contingente da população, a cidade se torna necessária por seu valor de uso. É nela, sobretudo, que serão buscadas as alternativas para a realização da reprodução da sua força viva de trabalho e para o seu convívio social, tomado num sentido amplo.

A cidade é sede do econômico, vinculada às forças produtivas, e atua ela mesma como tal. Neste modo de produção, a base econômica exerce função de comando e domina as demais esferas da sociedade (LEFEBVRE, 2008). Na cidade, as influências das grandes empresas sobre as trocas de bens, são levadas em conta, asseguradas, controladas, em nome de um controle geral sobre o espaço social. Neste contexto, os próprios conflitos de

classe se originam inequivocamente das relações de produção, ainda que outras condições possam nublarem a percepção da verdadeira origem destas contradições essenciais.

Portanto, a cidade não é de modo algum fenômeno autônomo, sujeito a leis de desenvolvimento totalmente apartadas das leis da acumulação capitalista. Não se pode dissociá-la da tendência inerente ao capital de aumentar a produtividade do trabalho e que traz, como parte resultante desta lógica, a socialização das condições gerais da produção – entre as quais a urbanização configura como componente essencial.

Já há muito tempo a expansão do mercado imobiliário (agora global) e da urbanização se situam entre os meios de expansão para a acumulação capitalista. A novidade própria do contexto atual recai, então, sobre o aumento expressivo do interesse em atividades culturais que nela ocorrem (ARANTES, 2013). Sob esta tendência, as cidades, além de cumprirem a função de espaços de circulação de mercadorias, tornam-se mercadorias únicas e autênticas para o turismo (ARANTES, 2000), onde a ênfase no conhecimento, nas indústrias de informação e na organização de eventos espetaculares, como as Olimpíadas, tornam-se táticas contemporâneas essenciais à busca da renda monopolista (HARVEY, 2013).

Arantes (2013) salienta ainda que o fator inédito da promoção da própria cidade como mercadoria a ser vendida reside no fato de que esta venda vem acompanhada por uma adequada política de image-marking, com o intuito de torná-la atraente aos interesses do capital estrangeiro, sobretudo no setor imobiliário. Ou seja, “há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram, elas mesmas, a serem geridas e consumidas como mercadorias” (Idem, 2013, p. 26).

Vainer (2013) ratifica esta concepção de cidade-mercadoria e afirma que:

transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (Idem, 2013, p. 83)

## 1.2 O sociometabolismo do capital na estrutura urbana

Buscaremos verificar como o processo sociometabólico do capital estrutura as relações sociais e o espaço urbano, submetendo-os à sua lógica. Com ênfase na análise dos sistemas de dominação e alienação que se constituem mediante a conformação do sociometabolismo do capital.

O sociometabolismo do capital possui por característica ser um sistema mais poderoso e abrangente que o próprio capitalismo. Isto porque o capitalismo pode ser compreendido como um sistema produtor de mercadoria generalizado, enquanto que o sistema sociometabólico do capital se constitui como um complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho que subordina todas as funções vitais ao capital (MÉSZÁROS, 2011a). Na ótica de Mészáros, para que ocorra a superação do sistema sociometabólico capitalista é necessária a supressão completa do tripé capital, trabalho e Estado que o sustenta.

O processo sociometabólico do capital é histórico, e este se constitui como uma estrutura de controle “totalizante” que possui a capacidade de ajustar todas as esferas da vida social a si. Segundo Mészáros:

Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e inexorável – e nesse sentido “totalitário” – que o sistema de capital globalmente dominante, que impõe “seu critério de viabilidade em tudo, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as maiores empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisões nos consórcios monopólicos industriais, favorecendo sempre o mais forte contra o mais fraco”. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 16)

Compreendemos que a estrutura da divisão social hierárquica do trabalho se constitui como uma necessidade inerente à lógica do capital e que esta conformação social favorece à estruturação da sociedade de forma antagônica, garantindo que o capital exerça o controle das relações sociais sob seu domínio. Segundo Mészáros (2011a), quando a autossuficiência que existia em outras formas de controle sociometabólico (anterior ao capital) se desfaz, dando lugar a conexões metabólicas/ reprodutivas de maior amplitude, verifica-se que o modo de controle do capital se torna vitorioso, difundindo universalmente a alienação e a reificação.

O sistema do capital é organizado de modo a garantir uma maior extração de lucro e expansão de seu sistema. Deste modo, a universalização da alienação torna-se meio essencial para que a dominação de classes se efetive, tendo em vista que a referida expansão se dinamiza sem considerar as aspirações humanas e a satisfação de suas necessidades.

O sociometabolismo do capital contém diversas formas de dominação, que podem ser apreendidas pela relação de subordinação dos que detém os meios de produção sobre os que dispõem somente da força de trabalho a ser vendida. Constatamos que um dos fatores que contribuem para que a classe dominante exerça o domínio espiritual e material pode ser verificado na própria divisão hierárquica do trabalho a qual submete a uma parcela

significativa da sociedade a atribuição de membros ativos, enquanto produtores da riqueza social. Contudo, estes têm como tendência serem mais passivos no que diz respeito à formulação das ideias hegemônicas. Todavia, não podemos desconsiderar as potencialidades contidas nas práticas cotidianas dos “homens lentos”, conceito extraído de Milton Santos.

Entendemos que alienação para Marx é um fenômeno histórico que só pode ser compreendido em termos da evolução de formas sociais específicas, e que a alienação pode se expressar em esferas distintas: na religiosa, na política e, sobretudo, na esfera da produção econômica, uma vez que no capitalismo as relações humanas tendem a se reduzir ao mecanismo de mercado.

No espaço urbano a alienação se materializa pela aceitação pragmática de uma racionalidade imposta pelo valor de troca e não pelo valor de uso. As reformas urbanas implementadas em diversas regiões do globo evidenciam este processo, pois existe um predomínio de ações voltadas para a valorização do capital em detrimento da apropriação do espaço feita pela população em seu uso no cotidiano, na medida em que os entes públicos têm por característica a prática de ações verticalizadas (SANTOS, 2012). Em contrapartida, os vetores de horizontalidade são mecanismos que podem servir de “freio” ao aprofundamento dos processos de alienação, favorecendo a ampliação de práticas que valorizem a apropriação do uso do espaço urbano pelos cidadãos.

Por fim, sendo a alienação um fenômeno histórico, como o próprio sociometabolismo do capital, ela não está vinculada a uma lei eterna e imutável. Contudo, a supressão das condições históricas que viabilizam este fenômeno – divisão social do trabalho, apropriação privada dos meios de produção e a divisão da sociedade em classes antagônicas –, precisa ser efetivada.

### 1.3 Espoliação e resistência na “revitalização” da Região Portuária

Verificaremos agora os mecanismos de resistência acionados pelos moradores das favelas em estudo frente aos obstáculos criados para sua efetiva participação na implementação das intervenções urbanísticas. Abordando a tensão que existe entre a negociação e a não negociação permanente na relação dos moradores com os entes públicos e as potencialidades do fortalecimento das horizontalidades como tática de resistência.

Tivemos como intencionalidade identificar nas práticas cotidianas dos moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa elementos que fogem à formalidade própria do processo sociometabólico do capital. Ou seja, analisamos o histórico de luta e a permanente reafirmação de reivindicações dos moradores por mudanças efetivas e duráveis nas condições e no direito à moradia nas favelas citadas, no intuito de identificar, em suas mobilizações recentes – desencadeadas no contexto das ações de “revitalização” da Região Portuária –, a intenção ou mesmo práticas que indiquem potencialidades de constituição de outro processo sociometabólico, oposto ao que corresponde ao modo de produção capitalista.

Neste percurso, constatamos algumas condições que podem dificultar a construção das condições mínimas necessárias – e que pressupõe a superação de processos de alienação – para que aquela ruptura possa eclodir. Percebemos, por exemplo, que a falta de acesso às informações referentes às diversas intervenções urbanísticas executadas nas favelas é marca histórica registrada na forma do poder público lidar com esta população. Em geral, os residentes destas áreas só tomam conhecimento das obras que serão realizadas quando estas estão em fase de efetivação, sem que tenham tido a oportunidade de tecer qualquer ponderação sobre os projetos a serem executados<sup>4</sup>.

Esta inacessibilidade às informações pode ser vista como um dos indícios de que tais intervenções são implementadas verticalmente (SANTOS, 2012) pelos entes públicos, sem participação ativa dos moradores e, conseqüentemente, sem a respectiva orientação destes na finalidade a que elas se destinam.

Porém, a inclusão de obras para a construção de equipamentos de mobilidade urbana no projeto de “revitalização” - que impactavam diretamente na favela com risco efetivo de remoção para um contingente expressivo de moradores - colocou a necessidade de organização e articulação entre os residentes destas áreas. De acordo com Fernandes e Gomes (2015), um grupo de moradores decidiu formar uma Comissão para acompanhar e formalmente levantar questionamentos referentes aos aspectos do projeto que feriam os

---

<sup>4</sup> Constatou-se durante pesquisa realizada pelo FACL sobre esta favela, em 2006, que os moradores não participam e geralmente não tomam conhecimento prévio das intervenções a serem feitas nesta localidade, ou seja, não há participação regular dos moradores e as intervenções implementadas tem como tendência garantir o atendimento dos interesses do capital. Segundo Palhares (2009), o Programa Favela-Bairro atesta essa falta de participação, pois, a autora expõe que neste programa ninguém procurou consultar a população residente destas áreas. Tal fato pode ser exemplificado pela falta de apropriação pelos moradores dos novos equipamentos criados nesta localidade. Conforme dados de entrevistas com moradores destas favelas, durante a execução da referida pesquisa, 74,7% dos entrevistados afirmaram conhecer a cidade do samba, porém 51,5% conhecem somente por observação, ou seja, não utilizam tal espaço. O universo pesquisado foi de 99 moradores. Os dados coletados nas entrevistas no Morro da Providência resultam de trabalho de Jornada de Iniciação Científica dos alunos do Núcleo FACL: PADILHA, Caroline, MELO, Denise, SANTOS, Eliane & MURAD, Larissa (2007) “A Percepção dos Moradores acerca dos Projetos Urbanos Desenvolvidos no Morro da Providência” (PALHARES, 2009).

interesses da população local. Com apoio do Fórum Comunitário do Porto, da Defensoria Pública Estadual (especialmente do Núcleo de Terra e Habitação) e de grupos que então ofereciam assessoria aos movimentos sociais, como o Coletivo Técnico, foi possível garantir a paralisação das obras e a contestação de antigas determinações da Prefeitura, pressionando para que o projeto de intervenção fosse efetivamente discutido com os moradores, incorporando ao menos parte de suas demandas.

Observamos que foram os determinantes da realidade empírica que provocaram um estímulo à organização dos moradores destas favelas. Segundo Heller (2008), tendo como base a teoria de que os homens fazem sua própria realidade, a autora retoma a concepção marxista de história, expondo que “os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo desse modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados, etc. (HELLER, 2008, p. 11)”. Ou seja, as “circunstâncias” dadas na realidade estão diretamente relacionadas com as ações dos sujeitos sociais que sofrem a ação de tais circunstâncias. Heller afirma que as dimensões “circunstâncias” e “homem” não podem ser entendidas como entidades separadas.

Todavia, essas “circunstâncias” determinadas, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações socio-humanas, as próprias relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas. Não se deve jamais entender a “circunstância” como totalidade de objetos mortos, nem mesmo de meios de produção; a “circunstância” é a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, um complexo que contém inúmeras posições teleológicas, a resultante objetiva de tais posições teleológicas. (HELLER, 2008, p. 11/12)

Buscamos reconstituir os caminhos que os moradores utilizaram durante o processo de mobilizações e resistência no Morro da Providência e da Pedra Lisa, procurando identificar tanto as práticas que fogem à formalidade do processo sociometabólico do capital quanto os possíveis mecanismos inseridos na lógica institucional formal, que podem ser percebidos como traços de continuidade a este processo sociometabólico. Deste modo identificamos alguns caminhos utilizados pelos moradores que fogem à formalidade, os quais descrevemos como traços de ruptura com o processo sociometabólico do capital, tais como o acionamento pelos moradores ao **Fórum Comunitário do Porto**<sup>5</sup> ; e ao **Coletivo**

---

<sup>5</sup> O Fórum Comunitário do Porto surgiu em janeiro de 2011 por iniciativa de moradores locais, organizações sociais, movimentos sociais, acadêmicos e assessores de vereadores pluripartidários. Entendemos que este foi um meio que canalizou a mobilização dos moradores destas favelas e que viabilizou grande articulação com demais entidades. Isto possibilitou que a população local encontrasse auxílio e informações junto a outros sujeitos sociais que compartilhavam de seus interesses na luta pela moradia, aliança que se efetivou mediante a realização de reuniões periódicas e ações de resistência.



**Técnico**<sup>6</sup>. E os mecanismos utilizados pelos mesmos inseridos em uma lógica institucional, com traços de continuidade com o processo sociometabólico do capital, tais como **Defensoria Pública** – especialmente o Núcleo de Terra e Habitação; e a **Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ – CDDHC**<sup>7</sup>.

Constatamos que em um mesmo processo se articulam tanto os caminhos utilizados pelos moradores que fogem à formalidade, caracterizando atos de ruptura com o processo sociometabólico do capital, quanto o uso de mecanismos que os inserem na lógica institucional.

Neste sentido consideramos importante entender o território como um espaço de organização da luta contra o capital, mediante as potencialidades contidas nos movimentos e organização de moradores que residem na favela ou mesmo em outras áreas de assentamento considerados informais. Conforme Fernandes (2006), em suas práticas cotidianas, estes distintos sujeitos sociais são capazes de forjar regras e valores contra hegemônicos, na medida em que privilegiam o valor de uso sobre valor de troca na busca de soluções para alguns de seus problemas.

Para Mészáros (2011), o sistema do capital falsifica o horizonte da vida cotidiana, por meio de uma aparente inalterabilidade permanente deste sistema, que se apresenta como única forma de configuração na sociedade da mercadoria.

Agnes Heller, em seu pensamento teórico desenvolve reflexões que se dirigem ao processo minucioso de alteração/permanência dos valores que se expressam na vida cotidiana (FERNANDES, 1992). Segundo Heller (2008), a vida cotidiana é a vida de todo homem. A autora parte do pressuposto de que os indivíduos são responsáveis pela produção da sociedade, ao reproduzirem-se a si mesmos no curso de suas próprias vidas cotidianas.

Sendo assim, os sujeitos sociais atribuem valor ao espaço em que vivem, devido à representação simbólica contida neles e pela apropriação feita pela população em seu uso cotidiano. No contexto de “revitalização” da região portuária verificamos que os moradores

---

<sup>6</sup> A atuação do Coletivo no Morro da Providência e da Pedra Lisa resulta de um esforço da militância dos profissionais que então compunham o Coletivo Técnico, em ação conjunta com os moradores destas favelas, como forma de garantir a permanência destes na área em que residiam.

<sup>7</sup> A Comissão foi uma frente que atuou nos casos de luta e resistência por cidades mais justas e democráticas, no contexto de execução dos Projetos direcionados à viabilização da infraestrutura “necessária” à realização dos Megaeventos Esportivos. Com isto, foram mobilizadas ações institucionais junto aos grupos de denúncia dos casos de violações ao direito à moradia e à cidade. A função da CDDHC consistia em aglutinar todas as demandas e denúncias recebidas, organizando-as em conjunto com a Justiça Global para encaminhá-las aos órgãos públicos com o objetivo de sanar tais problemas.

do Morro da Providência e da Pedra Lisa tiveram perdas significativas de seus equipamentos e patrimônios que foram ressignificados pelos interesses do capital. Este fato contribuiu para um rompimento da regularidade das atividades espontâneas da cotidianidade desses sujeitos, o que se materializou em práticas que foram capazes de forjar as regras e os valores contra hegemônicos.

O espaço humano é síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social. Ou seja, o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos. O geógrafo Milton Santos em *A Natureza do Espaço* está convencido de que a força própria do lugar surge das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, pois tais ações, geralmente, permitem o exercício da criatividade (SANTOS, 2012).

O tempo presente das cidades, segundo Santos (2012) é o tempo dos “homens lentos”, o que significa dizer que é a força dos “lentos”, dos indivíduos em suas ações cotidianas, que detém os comandos que vão direcionar a criação e conformação da cidade. Tal fato configura-se como uma vitória da individualidade refortalecida, que supera a barreira das práxis repetitivas e se instala em uma nova práxis libertadora (Idem).

Isto posto, constatamos que um passo significativo foi dado pelos moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa, quando alisamos a postura destes no que diz respeito ao uso de suas formas de organização. Articulando as instituições de naturezas distintas. Isto favoreceu um amadurecimento crítico sobre os interesses antagônicos que se conformam/ materializam na cidade, mostrando a potencialidade de desenvolvimento de novos valores que sejam capazes de dar novo sentido à história.

## **CONCLUSÃO**

No decorrer deste trabalho, buscamos apreender os condicionantes da questão urbana que incidem sobre a cidade do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos sob suas dimensões: econômica, política e social.

A seleção da cidade do Rio de Janeiro para sediar os megaeventos funcionou como um marco estratégico aos novos meios globais de expansão e de reinvenção do capital, com o objetivo de garantir a permanência de suas altas taxas de acumulação. Isto contribuiu para o surgimento de uma nova modalidade de gestão do espaço urbano, com significativa relevância para as atividades culturais e para a intensificação dos processos de

desconstrução/reconstrução em diversas áreas da cidade. Assim, dinamizaram-se novas formas de busca pela renda monopolista, por meio da ênfase no conhecimento, nas indústrias de informação e na organização de eventos especulares (ARANTES, 2013).

O Projeto Porto Maravilha foi implementado com o argumento de que era necessária uma “revitalização” da zona portuária de modo a valorizar uma área historicamente importante do Rio de Janeiro que havia se degradado pela falta de investimentos e de projetos arrojados à altura da “cidade maravilhosa”. Assim, tal iniciativa provocou grandes alterações na região para favorecer a criação de uma nova imagem de cidade, mais atrativa ao mercado do turismo e a outros segmentos do capital, tanto nacional como internacional.

A ampliação e o aprofundamento da alienação se reafirmam como meios essenciais para a dominação de classes, tendo em vista que as ações priorizadas se dirigem à expansão do capital sem considerar as aspirações humanas e a satisfação de suas necessidades. Assim, as práticas realizadas no Projeto Porto Maravilha se concatenam com a lógica e a estrutura “totalizante” do sociometabolismo do capital: as alterações implementadas na região portuária não levaram em consideração as demandas históricas da população mais pauperizada e espoliada que reside nesta localidade.

Constatamos que foram as demandas objetivas dos moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa – face ao processo de “revitalização” da região portuária, com ações específicas para estas favelas – que deu novo impulso à organização destes sujeitos coletivos, tendo em vista que a necessidade material foi considerada um elemento preponderante para a elevação da consciência destes moradores em inseri-los de forma diferenciada na luta por reivindicação da efetivação de suas demandas, mediante uma participação efetiva na implementação da porção do Projeto do Porto Maravilha que mais diretamente interferia em suas vidas. Opuseram-se, assim, a práticas recorrentes do poder público que chegam sempre com projetos prontos para serem executados.

Em relação ao nosso objeto, verificamos que os mecanismos de resistência dos moradores favelados possuem uma historicidade e a prática dos mesmos podem garantir o fortalecimento de ações horizontalizadas e contribuir para o desenvolvimento de ações de interesse coletivo (SANTOS, 2012). Verificamos que os moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa utilizaram-se de meios que constituem uma perspectiva de ruptura, ainda que com alguns traços de continuidade inevitáveis pelo próprio contexto em que se inscrevem. Acreditamos, portanto, que no cotidiano a ação do “homem lento” (Idem, 2012) é

capaz de romper com a regularidade e criar condições inovadoras que inspirem práticas contrárias ao do sociometabolismo do capital.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, O. Uma estratégia fatal - A cultura nas novas gestões urbanas. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos / Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. 8<sup>a</sup> Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. “Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas”. In Arantes, O. e outros, **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2000 a, p. 11-74.

CHAUÍ, M. – Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FERNANDES, L. L. *Política Urbana e Produção do Espaço em Favelas do Rio de Janeiro: a busca pelo direito à cidade*. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências em Planejamento Urbano e Regional, Março, 2006.

\_\_\_\_\_. Alterações e Permanências na Relação Homem e Mulher: Implicações da Participação Comunitária e das Condições de Vida entre Moradores de Favela. Um estudo exploratório. Orientadora: Ivete Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/ESS/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Dissertação de Mestrado, 1992.

FERNANDES, L. L. e GOMES, M. F. C. M. “(DES)CONSTRUIR PARA (RE)VITALIZAR? – a disputa da política urbana pelo capital e pelos moradores do Morro da Providência na região portuária do Rio de Janeiro”. In: Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para Além da Crise Global: experiências e antecipações concretas. São Luís (Maranhão), 2015.

GONÇALVES, R. S. – Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013.

HARVEY, D. . Os limites do Capital. Tradução de Magda Lopes, São Paulo: Boitempo, 2013.

HELLER, A. O cotidiano e a história. – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Tradução Sérgio Martins, BH, Editora UFMG, 2008.

MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. A crise estrutural do capital. 2ª Ed, São Paulo: Boitempo, 2011b.

PALHARES, B. G. “A cidade como espetáculo urbano – Um estudo a partir do caso do Morro da Providência”. Orientadora: Maria de Fátima C. M. Gomes. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/ESS/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Dissertação de Mestrado, 2009.

SANTOS, M. – A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed., 7ª reimpressão, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** A cidade do pensamento único: desmanchando consensos / Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. 8ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.